



MARANGUAPE

PREFEITURA

Secretaria do Ambiente
e Controle Urbano

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA.

Aos (28) vinte e oito dias do mês de maio do ano de 2021 em Maranguape, através do aplicativo Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes conselheiros: (membros natos/não eleitos) 2º membro titular: Lúcia Maria Bezerra da Silva – (SEMA) e seu suplente Israel Cavalcante Mendes, 3º membro titular: Robson da Silva Siqueira – IFCE/Campus Maranguape, 4º membro titular: José Ailton Alcântara Monte – EMATERCE/Maranguape e 1º membro titular, Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho – SEAC, presidente do Conselho. Contamos também com a participação dos membros natos/eleitos: 2º membro titular, Diego Andrade Almeida – EEEP Salaberga; 5º membro titular, Antônia Beatriz Ferreira Andrade – CEM; 2º membro suplente, Shirley Oliveira Ferreira – AVATAH, 3º membro suplente, José Luiz Ferreira de Menezes – CEEU e dos convidados e apoios: Ítalo Renan Ferreira Girão – Gerente do Núcleo de Meio Ambiente da SEAC; Sarah Lima Castro Coelho – Agente Administrativa; Ana Carolina de Oliveira Nobre Batista – Gerente do Licenciamento Ambiental e Anielda Favila Prata – Apoio técnico. Registramos a ausência das seguintes instituições: Empresa Facundo Construções, Associação dos Moradores de Cachoeira, COOPERFAM e Associação dos Moradores da Serra do Lajedo. A reunião foi iniciada pelo gerente do Núcleo de Meio Ambiente, Ítalo Girão, falando da pauta, que será em torno da primeira Resolução do COMDEMA (Resolução nº 001/2021) que foi gerada a partir da demanda da reunião anterior, sobre o Licenciamento Ambiental da Raia Drogasil. A Resolução foi apresentada e “dispõe sobre a autorização para expedição da licença de operação para raia Drogasil S/A”, com o intuito de gerenciar as demandas desse licenciamento, que tem alguns impeditivos em termo de zoneamento e, esta Resolução, tem a prerrogativa de deliberar a autorização ou não, desta licença, que pode ser através de pagamento de medida compensatória ambiental, que constará desta Resolução e que contará com a participação e voto de todos os Conselheiros presentes. No final da apresentação da Resolução, houve algumas contribuições: O professor Robson Siqueira (IFCE) manifestou dúvida em relação ao artigo terceiro, em relação ao convertimento do valor em adoção de uma praça, colocando a sua posição de que seria ideal as duas compensações (financeira e, permanente na adoção de praça), acrescentou também que caso não haja a possibilidade das duas compensações, então seria melhor a remoção do artigo terceiro (que fala de uma opção futura de adoção de praça). A contribuição seguinte foi da Sra. Lucia Maria (Mara) que concordou com a sugestão do professor Robson Siqueira, falando da imputação da obrigatoriedade de manutenção e a cobrança de uma multa pecuniária, pelo agravante no descumprimento das normas. Questionou também se foi cumprindo todas as etapas no processo de licenciamento e acrescentou que caso isso não tenha ocorrido, a licença não seria de operação e sim de regularização de operação, que faz uma checagem em todas as etapas que até então não tenham sido atendidas (licença prévia, de instalação, ...). Foi esclarecido que a Drogasil deu entrada ao processo no ano passado (gestão anterior) e que todas as taxas foram pagas, mas a licença não foi expedida, deixando pra ser expedida na nova gestão. Quando o processo foi analisado, verificou-se que o empreendimento está em uma zona de uso especial, vinculada a um empreendimento maior que é o Shopping, em suma, apareceram uma série de situações que precisariam de uma análise maior para que fosse dada a devida continuidade pelo contexto deste licenciamento, envolvendo a área de uso especial. Foi esclarecido pela técnica Ana Carolina, que a Drogasil deu entrada no licenciamento e pagou as três taxas (LP - licença prévia, LI - licença de instalação e LO - licença de operação) e a licença não foi expedida e que no trâmite de passagem de gestão (2020/2021) não houve acesso detalhado a este processo por que era feito através de um e-mail próprio do licenciamento, ao qual o setor não teve acesso, estabelecendo a análise pelos documentos físicos existentes. A técnica também salientou que não foi esclarecida (a época) para o empreendedor, a real situação da não liberação da licença, que seria por está localizada em uma zona de uso especial e que teria a possibilidade de uma compensação ambiental. Estes



MARANGUAPE

PREFEITURA

Secretaria do Ambiente
e Controle Urbano

esclarecimentos determinaram a exclusão de qualquer multa por descumprimento das etapas do licenciamento por parte da empresa, visto que os responsáveis técnicos da época, infelizmente não observaram as leis e critérios pertinentes ao processo. A Sra. Mara (SEMA) salientou que a empresa não está livre da multa compensatória, pelo fato da localização da zona de uso especial. O Secretário Marquinhos Silva, observou que realmente a Drogasil não será isenta da responsabilidade, mesmo dentro de um empreendimento maior que é o shopping, mas que a não liberação poderá gerar um desconforto, principalmente pela questão da geração de empregos e o progresso para Maranguape, ela também concorda com a multa e adoção de uma praça. Novamente o Gerente Ítalo Girão esclareceu que a SEAC, não tem o interesse de judicializar o processo da DROGASIL, visto que a mesma cumpriu todos os procedimentos, colocando que o que não houve foi a instrução processual por parte da equipe técnica da época e agora a SEAC está propondo um ajuste, através da medida compensatória ambiental que será regulamentada pela Resolução 01, que já foi apresentada hoje, que leva em consideração o valor total da obra e o percentual de 1,5% em cima deste valor, de forma justa. O professor Siqueira sugeriu alteração do Artigo 3º desta, o qual o empreendedor não poderá optar pela compensação, mas que além do pagamento da multa compensatória, seja acrescida a adoção de uma praça. A Resolução foi posta em votação, com a alteração do Artigo 3º, que estabelece o pagamento imediato da multa compensatória de 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) acrescido da adoção de uma praça, de forma obrigatória, como complementação da multa compensatória. A votação foi iniciada e de forma unânime a Resolução 001/2021 foi aprovada. A pauta principal foi cumprida e dentro dos informes foi feito a menção em torno da comemoração da semana do meio ambiente de forma virtual, onde posteriormente será enviado o convite a todos os conselheiros e o outro informe, será um novo encontro para discussão de uma resolução para algumas modalidades diferenciadas de licenciamento, por ser uma demanda urgente, ficou agendado para a próxima reunião, que será dia 11 de junho, em virtude do dia 03 de junho ser feriado de Corpus Christi. Sem mais para o momento, esta reunião foi encerrada e vai assinada por todos os presentes.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Ana Carolina de O. Nobre Batista

Sarah Lima Castro Coelho

1. Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho
2. Lúcia Maria Bezerra da Silva (Mara)
3. Israel Cavalcante Mendes
4. Robson da Silva Siqueira
5. José Ailton Alcântara Monte
6. Diego Andrade Almeida
7. Antônia Beatriz Ferreira Andrade
8. Shirley Oliveira Ferreira
9. José Luiz Ferreira de Menezes
10. Ítalo Renan Ferreira Girão
11. Ana Carolina de Oliveira Nobre Batista
12. Sarah Lima Castro Coelho
13. Anielda Favila Prata